

REMIR-TRABALHO

**TRABALHO, DESENVOLVIMENTO
SUSTENTÁVEL E EQUIDADE**

PROJETO ENVIADO AO CNPQ

CHAMADA CNPQ/MCTI/FNDCT N° 40/2022 - PRÓ-HUMANIDADES

“Mobilizar a criatividade e a inteligência coletiva dos brasileiros para resolver problemas sociais é um desafio permanente”.
ENCTI 2016-2022, p. 99.

“As universidades e instituições de pesquisa precisam ser estimuladas a incorporar a dimensão social nas suas agendas de pesquisa, a promover a formação cidadã; e deve ser buscada uma maior integração das ciências sociais e humanas às políticas de CT&I”.
Idem, ibidem.

1. IDENTIFICAÇÃO DA PROPOSTA

1.1. RESUMO E PALAVRAS-CHAVE

O objetivo deste projeto é consolidar a Rede de Estudos e Monitoramento Interdisciplinar da Reforma Trabalhista: REMIR-Trabalho, rede constituída em 2018 e que conta com mais de 200 pesquisadores e pesquisadoras em todas as regiões do país, com múltiplas formações disciplinares e inserções institucionais. A REMIR-Trabalho integra os esforços dos principais grupos de pesquisa que compõem as redes de estudos do trabalho no Brasil e seus parceiros internacionais, em torno de um conjunto de questões centrais de investigação que inquiram os limites e oportunidades de consolidação dos aspectos virtuosos dos processos em curso de transformação social e econômica, com foco prioritário no mundo do trabalho.

As muitas dimensões da pesquisa que propomos articulam os temas do Trabalho, do Desenvolvimento Sustentável e da Equidade, e partem da suposição de que o desenvolvimento econômico deve ser veículo de produção de riqueza e de bem-estar para todos, objetivando a superação da pobreza e das desigualdades sociais, a construção de segurança socioeconômica para a maioria e a preservação do meio ambiente. O trabalho é o mecanismo mais eficaz e justo de produção desses resultados, e os estudos do trabalho, estratégicos para o diagnóstico dos entraves estruturais e dos mecanismos duradouros de reprodução de desigualdade e pobreza, bem como para a identificação de caminhos e oportunidades para superá-los.

Por meio de parcerias nacionais e internacionais e das redes articuladas em torno da REMIR-Trabalho, estão em curso um conjunto de pesquisas sobre dimensões cruciais

do desenvolvimento sustentável e da organização do trabalho e, em associação com essas dimensões, propomos uma série de ações para dar acesso público aos seus resultados e para qualificar gestores públicos, formuladores de políticas, dirigentes sindicais, líderes comunitários e dos movimentos sociais, líderes empresariais, dirigentes de organizações não governamentais, consultores e pesquisadores de instituições públicas e privadas. Com isso, a REMIR-Trabalho transferirá conhecimento inovador aos que têm poder para transformar as condições estruturais de reprodução das desigualdades (econômicas, ambientais, de gênero, raça, geração e outras) e interferir na regulação das relações de trabalho.

As pesquisas já em curso e a se desenvolver empregam e empregarão metodologias qualitativas e quantitativas, entre elas: análise documental (incluindo a produção legislativa), etnografias, entrevistas em profundidade, grupos focais, levantamentos amostrais originais, observação participante, manipulação de grandes bases de dados sobre o mundo do trabalho produzidas por diversas fontes (IBGE, MTPS, DIEESE, FIESP e outras) etc.. Ademais, estarão sensíveis, todas, às desigualdades regionais, de gênero, raça e idade, e aos impactos ambientais do desenvolvimento econômico, em suas múltiplas dimensões. Divididas em XXX subprojetos, que por sua vez se desdobram em várias dimensões de análise e um programa integrado de disseminação e de aplicação do conhecimento produzido, as pesquisas em curso e as aqui propostas se desenvolverão em torno de cinco eixos principais:

1. Que implicações uma nova agenda do trabalho no Brasil deve ter no campo dos direitos trabalhistas e da proteção social? O que esperar das instituições públicas e atores sociais do trabalho (Justiça, MPT, Ministério do Trabalho e Previdência Social, sindicatos, inspeção do trabalho etc.), quanto a isso? – interlocutores: estudiosos, sindicalistas, formuladores de políticas públicas e operadores do Direito que atuam em parceria com a REMIR-Trabalho.
2. Que implicações uma nova agenda do trabalho no Brasil deve ter em termos dos fundamentos da geração, processamento, disponibilização e uso dos dados (na era da sociedade da informação)? Que desdobramentos isso deve ter quanto às agências e bancos de dados oficiais? – interlocutores: estudiosos e parceiros que atuam em agências geradoras e gestoras de bancos de dados oficiais e não oficiais.
3. O que indicam as iniciativas e experiências dos movimentos sociais e sindical sobre o trabalho e os/as trabalhadores/as vistos a partir da “periferia” (do ponto de vista geográfico e social)? Como incorporar a perspectiva (ótica e experiências) da “periferia” em um repensar sobre o

tema do trabalho? – interlocutores: sindicalistas, líderes de movimentos sociais e agentes sociais que atuam nas periferias.

4. Quais as saídas para as organizações de trabalhadores? Quais são as formulações dos agentes sociais e como articular trabalho com os outros movimentos populares: feminismo, questão racial, meio ambiente, juventude, questão cultural, etc.? – interlocutores: estudiosos, DIEESE, sindicalistas e lideranças de movimentos sociais.
5. Como reposicionar o tema do trabalho na sociedade brasileira, considerando as características do capitalismo contemporâneo, as empresas e outros agentes estratégicos, nacionais e internacionais, em um contexto de crise social e ambiental? Sob qual referência propositiva? A partir de quais ações? Ações junto à Justiça, junto ao parlamento, em relação às ações das empresas? – interlocutores: estudiosos e parceiros sindicalistas e outros atores estratégicos que atuam com foco nas políticas públicas centradas no desenvolvimento sustentável e na geração de trabalho e renda.

Esses eixos e questões de pesquisa se desdobrarão num conjunto de estudos, muitos já em curso, outros por iniciar:

1. Estudos sobre a evolução da estrutura social, do mercado e das relações de trabalho no Brasil nas últimas décadas, tendo como perspectiva construir um diagnóstico sobre as situações do trabalho e proporcionar elementos para a estruturação e a melhoria da condição social dos trabalhadores;
2. Estudos dos tempos e condições de trabalho, denotando a alocação diferencial dos tempos de trabalho pelas diferentes categorias de trabalhadores e trabalhadoras, e as condições físicas, sociais e psicológicas de sua execução, com atenção especial (mas não exclusiva) às condições análogas ao trabalho escravo, ao trabalho por meio de plataformas digitais e ao teletrabalho;
3. Estudos dos impactos de grandes projetos de desenvolvimento em diferentes territórios produtivos brasileiros, considerando tanto as relações econômicas quanto as relações político-sociais por eles transformadas, com atenção especial à sua sustentabilidade social e ambiental;
4. Estudos sobre a informalidade como um dos mecanismos centrais da reprodução continuada das desigualdades sociais, partindo da ideia de que a informalidade está inscrita na tradição urbana brasileira, sendo uma forma social do trabalho entre outras, que se reproduz enquanto tal e apesar das muitas políticas públicas voltadas para combatê-la; e atentos aos novos processos de informalidade associados às relações de trabalho no capitalismo de plataforma;

5. Estudos sobre um conjunto de situações representativas das transformações recentes nas formas de uso do trabalho, em função das reestruturações produtiva, econômica, política e cultural das últimas décadas, entre elas as ocupações “criativas” da economia da informação, as ocupações artísticas, as novas ocupações formais geradas pela realocação de segmentos da indústria no território nacional;
6. Estudos sobre o perfil de novas formas de precariedade no trabalho, com atenção especial ao trabalho mediatizado pelas tecnologias da informação e comunicação em diferentes segmentos do setor de serviços;
7. Estudos sobre as estratégias sindicais no capitalismo financeirizado, em setores e segmentos selecionados. Serão destacados os sindicatos de trabalhadores e as centrais sindicais, analisando as implicações da legislação sobre as instituições de representação coletiva, seja nos setores com maior tradição sindical, seja nos setores com menor capacidade de organização coletiva.

Palavras-chave

Trabalho, Desenvolvimento, Equidade, Informalidade, Políticas Sociais, Territórios Produtivos.

1.2. APRESENTAÇÃO DO PROBLEMA E JUSTIFICATIVA

O trabalho é o principal mecanismo de inclusão produtiva e social das pessoas. É por meio dele que a riqueza social é produzida e distribuída, a divisão do trabalho configura a estrutura econômica e social de um país, é por seu desempenho que as pessoas constroem suas identidades sociais e obtêm meios de vida. O trabalho é central na vida de todos, e a maioria da população passa mais tempo trabalhando do que em qualquer outra atividade rotineira.

O Brasil desenvolveu, ao longo de sua história, inúmeras instituições voltadas para a regulação do mundo do trabalho (muitas delas consagradas na Constituição Federal de 1988). Temos um judiciário trabalhista e tínhamos, até reforma trabalhista de 2017, uma extensa legislação de proteção ao trabalhador, parte ainda sobrevivente no Art. 7 da Constituição de 1988. Várias políticas públicas de redução das desigualdades sociais tiveram no trabalho seu ponto de partida. Fundos vinculados à folha de salário das empresas, como o FAT, o FGTS e o Sistema “S” (SENAI, SENAC, SESC etc.), financiam

o desenvolvimento econômico, a formação profissional, moradias populares, pesquisa e desenvolvimento, projetos inovadores etc.. Em suma, o trabalho estrutura um extenso conjunto de instituições, relações econômicas, políticas públicas, práticas sociais, identidades individuais e coletivas que são transversais a vários dos temas estratégicos propostos nesta chamada do CNPq.

Em resposta ao caráter estratégico do tema, o Brasil conta com uma rede consolidada e extensa de grupos de pesquisa instalados em boa parte das universidades e numa infinidade de institutos de pesquisa, voltados para os estudos do trabalho e suas múltiplas interfaces. Nessa perspectiva, cabe destacar:

- Essa rede dá sustentação a uma associação multidisciplinar (a Associação Brasileira de Estudos do Trabalho - ABET) que realizou, em 2021, seu XVII Encontro Nacional;
- Edita três periódicos importantes, um deles de alcance latino-americano. São eles: a Revista Latino-americana de Estudos do Trabalho (RELET), órgão da Associação Latino-americana de Estudos do Trabalho (ALAST), que membros da rede ajudaram a fundar em 1993 e que foi coeditada por José Ricardo Ramalho e Adalberto Cardoso; a Revista da ABET (<https://periodicos.ufpb.br/index.php/abet>); e o Caderno CRH (http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_serial&pid=0103-4979) qualis CAPES A1 na Área de Sociologia;
- Mantém grupos de trabalho regulares nos congressos de várias associações acadêmicas nacionais e internacionais. Há GTs de trabalho nas associações nacionais ABEP (estudos populacionais), ANPOCS (pós graduação em ciências sociais), ANPUH (história), ANPED (educação), ANPAD (Administração), SBS (sociologia), ABA (antropologia), ANPEPP (psicologia) entre outras; no exterior, no Research Committee 30 – Sociology of Work e no Research Committee 44 – Labour Movements da International Sociological Association;
- Forma pesquisadores com regularidade, alguns deles tendo suas teses premiadas por associações acadêmicas e também pela CAPES;
- Mantém conexões estreitas com redes semelhantes existentes na Argentina, no México, em alguns países da Europa, em especial Espanha, Portugal, Inglaterra, França e a Alemanha, e também nos Estados Unidos. Além disso, desenvolve

intercâmbios e parcerias com outros países da América Latina, da América do Norte, da Ásia e África.

A consolidação da REMIR-Trabalho permitirá um salto considerável na integração de uma rede cuja produção influencia na formulação de políticas públicas voltadas para a promoção de qualidade de vida no trabalho em um meio ambiente sustentável, em suas múltiplas dimensões, inclusive a proteção social a ela associada, ampliando as possibilidades de contribuições desta rede de pesquisadores no campo das políticas públicas.

Além da centralidade do trabalho na vida de todos, e da rede de grupos de pesquisa dedicada ao tema, há justificativas substantivas, relacionadas com a articulação entre trabalho, desenvolvimento sustentável e equidade, que merecem ser destacadas.

Na primeira década do século XXI, o Brasil parecia ter consolidado sua posição de crível aspirante à posição de *global player*, em razão da combinação pouco ortodoxa de altos níveis de crescimento do Produto Interno Bruto (ao menos até 2012), balança comercial favorável, levando ao acúmulo de grandes reservas internacionais, criação de milhões de postos formais de trabalho (ao ponto de alguns analistas qualificarem a situação como de “pleno emprego”), programas eficazes de redução da desigualdade e da pobreza, investimentos públicos em infraestrutura e políticas sociais, tudo isso secundado pela manutenção da espinha dorsal do pacote macroeconômico liberal: austeridade fiscal, metas de inflação, câmbio livre e, muito especialmente, mercado livre de capitais, que garantiu fluxo constante da poupança mundial pelo mercado financeiro nacional, embora ao custo da transferência líquida da riqueza aqui produzida para as mãos de grandes investidores e conglomerados financeiros, daqui e d’alhores, via taxas elevadas de juros.

Impossível deixar de reconhecer que as políticas sociais redistributivas e o crescimento econômico da primeira década do século atual tiveram impacto profundo sobre as oportunidades de vida e trabalho no Brasil (e também na América Latina), atuais e futuras. A redução da pobreza representou um primeiro e necessário passo no longo processo de retirada de milhões de pessoas da condição de vulnerabilidade à qual tinham estado presas por décadas, o que poderia ter aberto caminho para sua efetiva incorporação à cidadania, não fosse a sucessão de crises vividas pelo país a partir de 2015 que, em anos recentes, fez o país retroceder e voltar ao mapa mundial da fome. Até aquele ano, a criação de empregos regulados permitiu uma inscrição social menos instável do que os ambientes da pobreza e da informalidade. Acesso estável à renda (do trabalho ou das políticas públicas de transferência) ampliou sobremaneira os horizontes de planejamento de

indivíduos e famílias, para além das carências básicas de alimentação, saúde e moradia, com reconhecidos impactos duradouros sobre as relações familiares, a segurança socioeconômica e a “segurança ontológica”, significando estabilidade das condições materiais de sustentação de projetos, aspirações e, sobretudo, identidades individuais e coletivas, para que as pessoas possam construir suas biografias com previsibilidade e criatividade.

De fato, desde 2003 assistiu-se a um movimento contínuo de expansão do assalariamento regulado, interrompido no fim de 2014. Em dezembro deste ano havia 50 milhões de trabalhadores formais no país (ou 52% da PEA), contra 30 milhões em 2003 (ou 40,3% da PEA), incluindo-se assalariados com carteira (inclusive domésticos), militares e servidores públicos e excluindo-se os trabalhadores para o próprio consumo e na construção para o próprio uso (dados tabulados diretamente dos microdados da RAIS e da PNAD para este projeto).

A renda também cresceu em todos os segmentos do mercado de trabalho, e a renda domiciliar per capita cresceu, em termos reais, de menos de R\$1.160 em 2003 para mais de R\$1.600 em 2014 (tabulado diretamente da PNAD, valores de maio de 2022 deflacionados pelo IPCA), enquanto caiu a desigualdade de sua distribuição: o coeficiente de Gini, um dos mais usados na mensuração da desigualdade de renda, caiu de 0,58 em 2003 para 0,51 em 2014¹, e o processo de formalização dos empregos, juntamente com o crescimento do salário mínimo real, respondem pela maior parte dessa queda (Brito et al., 2015).

Esses movimentos mostram a centralidade do trabalho e do emprego formal na redução das desigualdades e na melhoria da qualidade de vida da população. Vivemos processo real de estruturação do mercado de trabalho. Ainda assim, havia 48 milhões de pessoas vivendo em famílias com renda per capita igual ou inferior a meio salário mínimo, e um em cada cinco ocupados não tinha carteira de trabalho assinada. Ademais, a queda no índice de Gini, se expressiva, não foi suficiente para retirar o país do rol dos mais desiguais do mundo. Por fim, essas mudanças – enumeradas em apenas algumas das dimensões estruturantes de desigualdades persistentes que são e serão objeto de inquirição pela REMIR-Trabalho –, quando medidas em termos médios, escondem

¹ Dados em <http://www.ipeadata.gov.br/ExibeSerie.aspx?serid=37818&module=M>, acesso em: agosto de 2022.

grandes disparidades segundo a idade, o sexo, a cor, a classe social e a escolaridade das pessoas, e também segundo os setores econômicos e as regiões do país.

Mais ainda, não havia garantias de que seria possível sustentar, no médio e no longo prazos, as melhorias logradas até ali em várias dimensões da vida econômica e social. E de fato, o que se viu a partir de 2015 foi um imenso retrocesso em quase todas as dimensões mencionadas. Primeiro, a crise econômica elevou os índices de desemprego a patamares sem precedentes na história do país: ao final de 2016, a taxa foi de 12%, atingindo mais de 12 milhões de pessoas², taxa que permaneceu nesse patamar nos dois anos seguintes, para atingir 15% no segundo trimestre de 2020 e no primeiro trimestre de 2021, como resultado da pandemia de Covid-19³. Estamos assistindo a uma redução dessa taxa em 2022, para 9% no segundo trimestre, ainda assim atingindo 10 milhões de pessoas.

Em segundo lugar, a informalidade cresceu depois da reforma trabalhista de 2017, ao contrário do que propugnava a exposição de motivos do projeto de lei da reforma, que prometia redução da informalidade, do desemprego e melhoria da renda dos trabalhadores. No primeiro trimestre de 2017, antes da reforma, 37,8% dos ocupados eram informais (incluindo assalariados sem carteira, trabalhadores autônomos não contribuintes para a previdência social e auxiliares de família não remunerados). No primeiro trimestre de 2022 eles eram 40% dos ocupados (dados tabulados dos microdados da PNAD-Contínua para este projeto). A renda média do trabalho estava, no segundo trimestre de 2022, no mesmo patamar da do primeiro trimestre de 2012, abaixo de R\$2.700, depois de cair continuamente entre o terceiro trimestre de 2020 e o quarto trimestre de 2021, apresentando leve recuperação desde então. Isto é, a reforma trabalhista não apenas não cumpriu suas promessas, como na verdade deteriorou ainda mais as condições do mercado de trabalho e as oportunidades de renda dos e das brasileiros/as⁴.

Tome-se, por fim, o caso da propalada “nova classe média”, aquela que seria o rosto do Brasil moderno, a portadora do futuro. Gestores públicos imaginaram possível, na crise pós-2008, sustentar um padrão de crescimento econômico baseado no aumento

² Dados em <https://g1.globo.com/economia/noticia/desemprego-fica-em-12-no-4-trimestre-de-2016.ghtml>, acesso em: agosto de 2022.

³ Dados em https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/9173-pesquisa-nacional-por-amostra-de-domicilios-continua-trimestral.html?=&t=series-historicas&utm_source=landing&utm_medium=explica&utm_campaign=desemprego, acesso em: agosto de 2022.

⁴ Os dados de renda e desemprego pode ser vistos no mesmo link da nota anterior.

contínuo do consumo doméstico financiado pelo endividamento das famílias, isto é, um crescimento puxado pelos salários e pelo crédito, além do investimento público. A queda nas taxas de crescimento desde 2011 mostrou que crédito de longo prazo não se sustenta se as condições de acesso à renda forem instáveis no tempo, e nosso mercado de trabalho esteve e continua muito longe de assegurar estabilidade para a maior parte de seus ocupantes. As análises apressadas sobre o crescimento da “classe média” não se aperceberam disso, porque não levaram em conta a estrutura ocupacional (espelho que é da estrutura econômica) e suas dinâmicas de médio e longo prazos. O olhar exclusivo sobre a renda e o consumo captura a superfície lúzida de movimentos estruturais submersos dotados de grande inércia demográfica, institucional e econômica, que ainda enclausuram parte substancial dos trabalhadores em posições muito precárias e instáveis, ainda que a renda de suas famílias esteja acima da renda mediana do país, definição utilizada, por exemplo, por Neri (2010), para demarcar o crescimento da nova classe média. Mas o mesmo Neri reconheceu, em entrevista recente, que a “nova classe C” perdeu terreno e ficou para trás”⁵.

Contra este pano de fundo, a REMIR-Trabalho tem como meta central inquirir, de forma multidisciplinar e atuando em rede, os limites e oportunidades de consolidação dos aspectos virtuosos dos processos em curso de transformação social e econômica do Brasil, isto é, os aspectos cujo concurso contribua para gerar segurança socioeconômica e ontológica para os trabalhadores, incorporando-os com cidadania e equidade na dinâmica do desenvolvimento sustentável. O desafio da REMIR-Trabalho é desvendar os mecanismos duradouros de reprodução de desigualdade e subordinação, fazendo-o do ponto de vista do mundo do trabalho, com a perspectiva de desenvolvimento econômico sustentável e com equidade. Tendo no horizonte, portanto, a superação dos entraves à melhoria geral das condições de vida das populações que vivem do trabalho.

A proposta da REMIR-Trabalho está baseada no pressuposto de que a agenda do desenvolvimento econômico sustentável é elemento analítico inarredável de qualquer horizonte de pesquisas que tenha em pauta a superação dos entraves à emancipação dos trabalhadores da condição de vulnerabilidade que marca a experiência de vida e trabalho da maioria.

⁵ Ver entrevista a <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2022/08/nova-classe-c-perdeu-terreno-e-ficou-para-tras-diz-marcelo-neri.shtml>, acesso em: agosto de 2022.

Em diálogo com antigas e novas teorias do desenvolvimento, a REMIR-Trabalho despenderá parte importante de seus esforços na análise dos entraves estruturais ao desenvolvimento econômico sustentado e sustentável, já que ele constitui o pano de fundo de qualquer projeto de inclusão social, melhoria das condições de vida das populações que vivem do trabalho, redução de desigualdades e redistribuição de renda, além de ser condição para o financiamento adequado de políticas públicas voltadas para a redução da vulnerabilidade social de milhões de pessoas ainda em condição de pobreza. Considerará nas suas análises os efeitos de projetos econômicos de grande envergadura sobre territórios produtivos em diferentes partes do país, priorizando transformações importantes nos mercados de trabalho, na ação sindical e na constituição de novas instâncias de discussão sobre o uso dos recursos e sua distribuição entre os que vivem do trabalho nesses territórios. Com os resultados desses estudos, reunirá condições de subsidiar os diversos agentes sociais, públicos e privados, locais, nacionais e internacionais, na formulação e implementação de políticas que combinem crescimento econômico, desenvolvimento social com equidade e sustentabilidade ambiental.

Essa justificativa mais geral não esgota as muitas dimensões de análise já em curso e as novas a serem cobertas pelos grupos participantes da REMIR-Trabalho. Remetemos, para isso, aos diversos subprojetos coordenados pelos respectivos grupos, anexos a esta proposta, com suas justificativas, problemas de pesquisa, metodologias, metas e bibliografia de referência.

1.3. OBJETIVOS

1.3.1. OBJETIVO GERAL

Consolidar a Rede de Estudos e Monitoramento Interdisciplinar da Reforma Trabalhista: REMIR-Trabalho, que integrará os esforços dos principais grupos de pesquisa que compõem as redes de estudos do trabalho no Brasil e seus parceiros internacionais, em torno de um conjunto de questões centrais de investigação e de ações junto a formuladores de políticas públicas nos três níveis de governo, que inquiram os limites e oportunidades de consolidação dos aspectos virtuosos dos processos em curso de transformação social e econômica, visando à melhoria das condições de vida e trabalho no Brasil, o desenvolvimento ecologicamente sustentável e a redução das desigualdades.

As muitas dimensões da pesquisa que propomos articulam os temas do Trabalho, do Desenvolvimento Sustentável e da Equidade, e partem da suposição de que o desenvolvimento econômico deve ser veículo de produção de riqueza e de bem-estar para a maioria da população, objetivando a superação da pobreza e das desigualdades sociais, e a construção de segurança socioeconômica para a maioria. O trabalho é o mecanismo mais eficaz e justo de produção desses resultados, e os estudos do trabalho são estratégicos para o diagnóstico dos entraves estruturais e dos mecanismos duradouros de reprodução de desigualdade e pobreza, bem como para a identificação de caminhos e oportunidades para superá-los.

Por meio de parcerias nacionais e internacionais e das redes articuladas em torno da REMIR-Trabalho, será desenvolvido um conjunto de pesquisas sobre dimensões cruciais do desenvolvimento e da organização do trabalho e, em associação com essas, realizada uma série de ações para dar acesso público aos seus resultados e para qualificar gestores públicos, formuladores de políticas, dirigentes sindicais, líderes comunitários e dos movimentos sociais, líderes empresariais, dirigentes de organizações não governamentais, consultores e pesquisadores de instituições públicas e privadas, com isso transferindo conhecimento inovador aos que têm poder para transformar as condições estruturais de reprodução das desigualdades (econômicas, de gênero, raça, geração e outras) e interferir na regulação das relações de trabalho.

1.3.2. OBJETIVOS ESPECÍFICOS

| ID | Descrição | Missão |
|----|---|---|
| 1 | Analisar os principais limites e oportunidades de consolidação dos aspectos virtuosos dos processos em curso de transformação social e econômica, por meio da realização de xxx projetos de pesquisa, voltados para tratar das dimensões cruciais do desenvolvimento sustentável, da organização do trabalho e da equidade no país. | Pesquisa |
| 2 | Constituir a REMIR-Trabalho como um espaço diferenciado de articulação e promoção de ações de pesquisa com ações de intercâmbio, formação e divulgação, de modo a favorecer a produção intelectual brasileira nos temas da Rede. | Pesquisa |
| 3 | Consolidar parcerias já existentes com centros de pesquisa que, em diversas partes do mundo, desenvolvem estudos sobre os temas prioritariamente tratados pela REMIR-Trabalho e constituir novas, com o propósito de favorecer a internacionalização das redes que integram o projeto da Rede. | Internacionalização |
| 4 | Promover e qualificar a formação de pesquisadores e educadores com base nos resultados das pesquisas e estudos realizados no âmbito da REMIR-Trabalho, por meio de ações de suporte e subsídio às linhas de pesquisa dos programas de pós-graduação das áreas de Ciências Humanas referidas aos temas prioritários da Rede. | Formação de recursos humanos |
| 5 | Desenvolver ação de capacitação de agentes sociais que atuam como formuladores e executores de políticas nas áreas de Trabalho, Desenvolvimento Sustentável e Equidade, por meio de ações de suporte e subsídio a instituições públicas e privadas, de educação, de saúde, de representação de interesses coletivos e de consultoria. | Formação de recursos humanos |
| 6 | Desenvolver uma política editorial que seja capaz de tornar visível e dar acesso público aos resultados das pesquisas, dos intercâmbios nacionais e internacionais e das produções técnicas e didáticas, por meio de publicações impressas e digitais de livros, artigos científicos, vídeos, sites, boletins de notícias, assim como por ações de formação de recursos humanos. | Transferência de conhecimentos para a sociedade |
| 7 | Constituir um conjunto de instrumentos de educação à distância para a qualificação de gestores/técnicos públicos, formuladores de políticas públicas em âmbito executivo e legislativo, representantes sindicais de trabalhadores e empregadores, nos temas prioritários da REMIR-Trabalho, particularmente os voltados para a redução das desigualdades no trabalho, a construção de qualidade de vida no trabalho e a implementação da agenda de “trabalho decente” da OIT, entre outros. | Transferência de conhecimentos para a sociedade; formação de recursos humanos |

4. METODOLOGIA

Há duas dimensões metodológicas correlatas, sendo uma voltada para a construção e operação do própria REMIR-Trabalho e outra referida aos procedimentos de pesquisa.

4.1. METODOLOGIA DE CONSTRUÇÃO DA REMIR-TRABALHO

Quanto à metodologia de implementação da REMIR-Trabalho, seguem as principais estratégias a serem adotadas:

- A REMIR-Trabalho é um espaço de articulação, consolidação e internacionalização dos grupos de estudos sobre o trabalho no Brasil.
- Baseia sua atuação e funcionamento em uma rede de grupos de pesquisa do CNPq sediados em várias universidades de todas as regiões do país.
- Realiza atividades de pesquisa integradas a ações de intercâmbio científico, formação de recursos humanos e divulgação da produção intelectual.
- As ações de pesquisa serão realizadas por meio de xxx projetos conduzidos pelos grupos de pesquisa integrados à Rede.
- As ações de articulação, intercâmbio e coordenação serão realizadas por meio de conferências, workshops de pesquisa, reuniões de trabalho presenciais e virtuais envolvendo membros e parceiros nacionais e internacionais.
- As ações de capacitação visarão dois tipos de públicos: (a) pesquisadores e educadores (por meio da realização de atividades de suporte e acompanhamento das linhas de pesquisa articuladas em torno do tema do trabalho, no âmbito dos programas de pós-graduação das áreas de Ciências Humanas); e (b) agentes sociais atuantes como formuladores e executores de políticas nas áreas temáticas prioritárias ao Instituto, como gestores/técnicos públicos, sindicalistas, líderes empresariais, dirigentes de organizações não governamentais, entre outros (por meio de cursos e produção de suporte técnico e didático, contando com uma participação especial do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos).
- As ações de divulgação serão desenvolvidas por meio de uma política editorial, voltada a disponibilizar ao público os resultados de pesquisa, com material de suporte técnico e didático, na forma de livros, vídeos, artigos, cartilhas, boletins, em versões eletrônica e impressa, e uma atuação incisiva nas redes sociais.

- Dinamizará seu site (<https://www.eco.unicamp.br/remir/>), que além de ser um portal de acesso aos grupos filiados, apresentará resultados de pesquisa, disponibilizará bancos de dados quantitativos e qualitativos resultantes das várias pesquisas, acolherá um boletim bimestral com notícias sobre as atividades da REMIR-Trabalho e sobre o mundo do trabalho em geral, proporá temas para discussão e sediará vídeos com palestras, conferências e cursos de formação à distância voltados para educadores, sindicalistas, gestores públicos, formuladores de políticas e agentes sociais diversos.
- A Coordenação será responsável pelo acompanhamento das metas, distribuição dos recursos, coordenação de licitações (quando houver), organização das tarefas coletivas, revisão de objetivos ao longo do projeto e elaboração de relatórios anuais.
- A rede estará conectada permanentemente por meios eletrônicos.

4.2. METODOLOGIA DE PESQUISA

Em termos de metodologias de pesquisa, apresentamos em grandes linhas o que está melhor detalhado nos diversos subprojetos em anexo.

O que se segue foi importado do projeto do INCT e não vai permanecer. Cabe a cada grupo especificar as metodologias dos projetos já em curso e dos que tenham em mente para esta chamada, para compormos esta parte coletivamente xxxccc

- Pesquisa primária quantitativa (surveys):
 - ✓ NUPET/IESP-UERJ: segunda rodada do painel sobre aspirações de jovens egressos do ensino médio do Rio de Janeiro e suas trajetórias sociais, tendo como objetivo mapear seus percursos sociais e no mercado de trabalho.
 - ✓ DTA/UFRJ: levantamento de dados sobre o perfil dos trabalhadores empregados nas grandes empresas e na sua rede de fornecedores, assim como sobre relações de trabalho, práticas gerenciais, participação sindical e envolvimento em movimentos de reivindicação fora do espaço de trabalho (nos territórios produtivos priorizados no Rio de Janeiro, São Paulo, Maranhão, Pará e Pernambuco).

- ✓ LAETP/UFPB: aplicado com trabalhadores das principais empresas instaladas no Complexo Industrial Portuário de Suape, envolvendo dados sociodemográficos, funções/ocupações, tempo de trabalho na empresa, qualificação profissional, remuneração, condições de trabalho, participação sindical.
- ✓ GEPT/UnB: levantamento em 05 (cinco) grandes cidades, uma por região, sobre condições de trabalho, rotatividade, introdução de novos processos e tecnologias, reestruturações e reorganizações, atividades repetitivas, esforço despedido no trabalho, grau de autonomia *versus* a submissão aos administradores, necessidades de treinamento, impacto do trabalho sobre a saúde, problemas de saúde sentidos, acidentes, discriminação, assédio, subjetividade do trabalho.
- ✓ DViTra/UnB: Aplicação do Inventário de Avaliação de Qualidade de Vida no Trabalho (IA_QVT) em 2 órgãos do poder executivo e 2 órgãos do poder judiciário federal para identificar os fatores que estão na origem das vivências de bem-estar e de mal-estar no trabalho.
- Pesquisa primária qualitativa:
 - ✓ Etnografias em novos e velhos territórios produtivos, de modo a apreender-se os aspectos persistentes e as transformações em curso nas dinâmicas sociais produtivas e suas implicações, continuidades e mudanças, nas relações de trabalho.
 - ✓ Etnografias nos territórios da informalidade, para teste das hipóteses sobre seus mecanismos de coordenação.
 - ✓ Entrevistas em profundidade com atores relevantes dos diversos temas de pesquisa, em diferentes esferas de governo, da estrutura econômica e da sociedade civil, atuantes nos diversos territórios produtivos e regiões abrangidos pelas pesquisas integrantes deste Projeto.
- Pesquisa secundária documental:
 - ✓ Conteúdos das exposições de motivo de políticas públicas de emprego e renda, de formalização do informal, de desenvolvimento econômico, de assistência social.
 - ✓ Exposições de motivos dos acórdãos da Justiça do Trabalho sobre informalidade.

- ✓ Hemerotecas para acesso à cobertura da imprensa sobre os vários temas de interesse do projeto.
- ✓ Legislação social, trabalhista, econômica.
- ✓ Dados epidemiológicos referentes à distribuição de agravos à saúde e segurança no trabalho nos setores públicos e privados.
- ✓ Decisões legislativas nas comissões de trabalho, ordem econômica e ordem social no Congresso Nacional.
- ✓ Resoluções congressuais, atas de reuniões e outros documentos de registro das atividades de instituições atuantes nas áreas prioritárias do projeto.
- Pesquisa secundária quantitativa:
 - ✓ Produção de análises sobre mercado de trabalho, negociações coletivas, estrutura econômica, estrutura social, estrutura das desigualdades sociais, econômicas e regionais, pobreza e outras, com base nas pesquisas domiciliares e econômicas do IBGE (Censos Demográficos, PNAD, PIA, PAS, PAC e pesquisas econômicas mensais), nos bancos de negociações coletivas do DIEESE e do CESIT, na RAIS/MTE.

2. DENOMINAÇÃO E PROPONENTES

Nome:

REMIR-Trabalho: *TRABALHO, DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E EQUIDADE.*

Grupo Proponente: xxxccc **PRECISAMOS COMPOR A EQUIPE, NEM SEI SE FICAM TODOS OS QUE ESTÃO LISTADOS. CONSIDERO IMPORTANTE TERMOS LÍDERES DE GRUPOS DE PESQUISA DO CNPq NA LISTA**

| Função | CPF | Nome | Instituição |
|--------------------------------|-------------|-------------------------------------|--|
| Proponente | 01471601897 | Adalberto Moreira Cardoso | Universidade do Estado do Rio de Janeiro |
| Pesquisador responsável | 37427687787 | José Ricardo Garcia Pereira Ramalho | Universidade Federal do Rio de Janeiro |
| Pesquisador responsável | 53201493872 | Jacob Carlos Lima | Universidade Federal de São Carlos |
| Pesquisador responsável | 45031428953 | Jose Dari Krein | Universidade Estadual de Campinas |
| Pesquisador responsável | 39651398434 | Roberto Vêras de Oliveira | Universidade Federal da Paraíba |
| Pesquisador responsável | 12810599866 | Ana Cláudia Moreira Cardoso | Departamento Intersindical de Estatísticas e Estudos Socioeconômicos |

2.1. Atuação em Rede:

O grupo proponente integra redes nacionais e internacionais de pesquisa, formação e divulgação científica. Vem desenvolvendo atividades conjuntas há vários anos.

- Em 2018 o grupo constituiu a Rede de Estudos e Monitoramento Interdisciplinar da Reforma Trabalhista, REMIR-Trabalho, que é a base deste pedido de financiamento;
- Tem publicado em conjunto em inúmeras coletâneas de livros e artigos e dossiês para periódicos, com destaque para o dossiê sobre a reforma trabalhista publicado

no Caderno CRH (qualis CAPES 1A) em 2018; e para os livros Cattani (2014) e Krein et al. (2019, 2021a e 2021b);

- Tem realizado pesquisas em rede, envolvendo vários de seus membros, com destaque para xxxccc pesquisas com sindicatos (Andréia), com entregadores (Cida) e com plataformas (Ana Cláudia). Gostaria que cada qual preenchesse os dados e enviassem as bibliografias xxxccc
- Participam/participaram das diretorias de associações científicas voltadas aos estudos do Trabalho (destaque para a Associação Brasileira de Estudos do Trabalho – ABET e Associação Latino-Americana de Estudos do Trabalho – ALAST);
- Dividiram/dividem a coordenação de GTs e Mesas na ABET, ALAST, ANPOCS, ANPEPP, SBS, entre outros congressos nacionais e internacionais;
- Têm participado em conjunto na organização de inúmeros seminários e workshops;
- Têm participado em conjunto em inúmeras bancas de Mestrado e de Doutorado e de Concurso Público em IES de todas as regiões do país;
- Têm participado em conjunto em diversos projetos de suporte técnico a gestores públicos (destaque para o Ministério do Trabalho e Previdência Social e Ministério do Planejamento) e a agentes sociais (destaque para sindicatos e Centrais Sindicais);
- Atuam ou atuaram como editores da Revista Latino Americana de Estudos do Trabalho e da Revista da ABET e participam de diversos conselhos editoriais;
- Desenvolveram programas de intercâmbio institucional (PROCAD-CAPES e Casadinho-CNPq);
- Colaboram com o site Democracia e Mundo do Trabalho em Debate (<http://www.dmtemdebate.com.br/>);
- Participam de Conselhos Editoriais de séries especializadas, tais como: “Produção de Conhecimento” e “Pesquisa Atual”, da Escritos Editora, e “Coleção Trabalho e Contemporaneidade”, da Editora Annablume;

Grupos Integrantes da REMIR-Trabalho

| Grupo/Laboratório | Endereço CNPq e Homepage | Representantes na REMIR | Posição no Grupo/Laboratório |
|---|---|-------------------------------------|------------------------------|
| Desenvolvimento, Trabalho e Ambiente – DTA/UFRJ | http://dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/7617109755708070 | José Ricardo Garcia Pereira Ramalho | Líder |
| Núcleo de Pesquisas e Estudos do Trabalho – NUPET/IESP | http://dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/383671 | Adalberto Moreira Cardoso | Líder |
| Grupo de Estudos Trabalho e Mobilidades – GETM/UFSCAR | http://dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/2390943055689247 | Jacob Carlos Lima | Líder |
| Grupo de Economia do Trabalho – CESIT/UNICAMP | http://dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/6316644838832398 | Jose Dari Krein | Pesquisador |
| Laboratório de Estudos e Pesquisas sobre Políticas Públicas e Trabalho – LAEPT/UFPB | http://dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/105734658276566 | Roberto Véras de Oliveira | Vice-Líder |
| Grupo de Estudos Trabalho e Sociedade – GETS/UFPR | http://dgp.cnpq.br/dgp/espelhogrupo/0759745850541424 | Silvia Maria Pereira de Araújo | Pesquisadora |

2.2. Competências e Responsabilidades:

a) Coordenação Nacional: coordenação geral da REMIR-Trabalho e dos subprojetos associados, tomada de decisões relativas aos recursos orçamentários, à representação institucional e ao desenvolvimento de relações com os consultores externos.

b) Secretaria Executiva: suporte à administração geral da REMIR-Trabalho, incluindo a elaboração de relatórios técnicos científicos e contábeis, correspondências oficiais, administração dos gastos, distribuição de bolsas, organização dos eventos.

c) Subcoordenação de Pesquisa: acompanhar a execução dos subprojetos de pesquisa; observar o cumprimento dos objetivos e metas; promover e propor intercâmbios entre os grupos e destes com centros nacionais e internacionais, visando qualificar as pesquisas.

d) Subcoordenação de Educação: acompanhar a execução das atividades de formação acadêmica e técnica; observar o cumprimento dos objetivos e metas; articular e propor ações institucionais junto a PPGs e agências públicas e privadas de promoção da formação de formuladores de políticas nas áreas de Trabalho, Desenvolvimento e Equidade.

e) Subcoordenação de Eventos: acompanhar a execução das conferências, *workshops* e demais eventos programados; observar o cumprimento dos objetivos e metas; propor articulações entre os eventos programados e, destes, em relação a outros eventos nacionais e internacionais, que tratem de temas afins.

d) Subcoordenação Editorial e Divulgação: criar e manter a *homepage* da REMIR-Trabalho; organizar as séries e coleções “TDE”, “Trabalho Internacional” e “Conhecendo”; montar os respectivos Conselhos Editoriais; promover as publicações no exterior; criar e divulgar o boletim informativo da REMIR-Trabalho; desenvolver relações com a imprensa.

e) Pesquisadores e Grupos Associados: dar suporte de pesquisa, intercâmbio, formação, divulgação e internacionalização ao projeto da REMIR-Trabalho; desenvolver os respectivos subprojetos integrados aa REMIR-Trabalho; compartilhar as ações comuns do Instituto.

2.3. RESPONSABILIDADES E INTEGRAÇÃO DOS GRUPOS

Distribuição de Responsabilidades XXXCCC MESMA COISA, REVER, ATUALIZAR, EXCLUIR E INCLUIR XXXCCC

| Grupo de atividades | | Responsáveis |
|--|---|-----------------------------|
| Gestão | | Coordenação e Comitê Gestor |
| Pesquisa | Subprojeto “Tempos e condições de trabalho” | GEPT/UnB |
| | Subprojeto “Trabalho, territórios industriais e projetos de desenvolvimento” | DTA/UFRJ |
| | Subprojeto “Informalidade, desenvolvimento e desigualdades persistentes” | NUPET/IESP-UERJ |
| | Subprojeto “Repensando o trabalho no Brasil: as novas tecnologias e os trabalhadores” | GETM/UFSCAR |
| | Subprojeto “Trabalho e políticas públicas no Brasil: impactos da reconfiguração produtiva e tecnológica no capitalismo contemporâneo” | CESIT/UNICAMP |
| | Subprojeto “A nova agenda de desenvolvimento no Brasil e suas implicações nas dinâmicas sociais e do trabalho no Nordeste” | LAEPT/UFPB |
| | Subprojeto “Qualidade de Vida no trabalho” | DViTra/UnB |
| | Subprojeto “Novas formas de precariedade no trabalho” | GETS/UFPR |
| | Subprojeto “A internacionalização do sindicalismo no Brasil e a regulação das relações de trabalho” | TDTC/UFRGS |
| Divulgação: Subprojeto “Editoração e divulgação” | | TDTC/UFRGS |
| Eventos | | Todos |
| Formação | | Todos |

2.4. Mecanismos de Integração entre os Grupos

- As atividades de coordenação (desenvolvidas pelo Proponente e pela Coordenação Nacional) visam articular as ações de pesquisa, formação,

divulgação e internacionalização, previstas no projeto e nos subprojetos da REMIR-Trabalho;

- O subprojeto “Editoração e divulgação” realizar-se-á como atividade conjunta dos pesquisadores e grupos integrantes da Rede;
- O plano de atividades da Rede prevê a realização de conferências, workshops de pesquisa, reuniões de trabalho, nos quais participarão todos os grupos integrantes, assim como os parceiros nacionais e internacionais;
- Os subprojetos integrantes da REMIR-Trabalho serão desenvolvidos articulando membros dos grupos, por meio de redes diversas;
- As ações visando formação de recursos humanos (cursos, produção de material didático e técnico, intercâmbios) serão desenvolvidos em conjunto pelos integrantes do projeto REMIR-Trabalho;
- Os membros da REMIR-Trabalho continuarão atuando em conjunto, em eventos, publicações, atividades de formação e outras, além das ações previstas no projeto.
- As reuniões de trabalho à distância dos membros da REMIR-Trabalho e suas coordenações serão facilitadas com o uso das tecnologias surgidas em resposta à pandemia de Covid-19.

2.5. LINHAS DE PESQUISA xxxccc ATUALIZAR COM APORTE DE CADA QUAL

Territórios produtivos e sustentabilidade

A proposta desta Linha de Pesquisa é analisar as novas dinâmicas sociais do trabalho inscritas em velhos e novos territórios produtivos, especialmente quando submetidos aos impactos de grandes projetos públicos e privados. O foco recai sobre as estratégias econômicas e políticas dos diversos atores envolvidos: empresas, trabalhadores, administração pública, movimentos sociais. Pretende, com isso, abordar os seguintes aspectos: a) as formas de gestão do desenvolvimento, que incluem novos arranjos institucionais e novas formas de participação da sociedade e de suas instâncias de representação; b) a dimensão territorial do desenvolvimento, entendido não apenas como base física, mas como conjunto de relações entre os diversos atores; c) a constituição de novas formas de resistência por parte de trabalhadores e sindicatos, diante da aplicação de estratégias gerenciais flexíveis; a identificação de padrões sustentáveis de gestão da produção e do trabalho.

Condições de trabalho e saúde

No limiar do século XXI o trabalho não é indolor para os seus principais protagonistas (trabalhadores) e muito menos neutro para o efetivo funcionamento das organizações. A sociedade brasileira arca com os efeitos negativos do processo de reestruturação em curso conforme bem ilustra o aumento constante dos custos da previdência social no Brasil. O mundo real do trabalho apresenta preocupantes aspectos que afetam as vidas de milhões de pessoas: repetição de erros, retrabalho, perda de qualidade de vida, doenças do trabalho, acidentes, queixas de consumidores e cidadãos-usuários etc. Essas dimensões negativas estão colocadas na agenda tanto de dirigentes empresariais quanto dos gestores públicos e pesquisadores preocupados em compatibilizar bem-estar no trabalho, eficiência e eficácia dos processos produtivos. Dois eixos temáticos de interesse de pesquisa e interdependentes estruturam esta linha de pesquisa. O *primeiro eixo* tem como focos os “tempos” e as “condições de trabalho”. Condições de trabalho expressam a qualidade do trabalho e tem a ver com o bem-estar geral da população, dado que os trabalhadores representam a maior parcela da sociedade. Por tempos laborais entendem-se, pelo menos, a duração das horas de trabalho, a intensidade empregada para a realização das atividades nos horários contratados e a organização dos horários de forma flexível ou constante. Os tempos de trabalho representam uma parcela das condições gerais de trabalho, que abrangem um conjunto infundável de situações, restritas, no projeto, a condições físicas, psicológicas e sociais. O *segundo eixo* tem como foco investigar a qualidade de vida no trabalho com base na relação entre o bem-estar no trabalho, a eficiência e a eficácia das atividades laborais e suas implicações para as organizações e a sociedade. Tal perspectiva se distingue dos modelos convencionais de promoção da Qualidade de Vida no Trabalho (QVT) baseados em ações que visam a aumentar a resiliência dos trabalhadores para suportarem, no limite de suas capacidades, as adversidades vivenciadas nos ambientes de trabalhos. O campo de pesquisa é setor público, para o qual se busca colocar em marcha um modo de avaliar e construir uma QVT de viés participativo, que, a rigor, expressa um dos modos de articular trabalho saudável (bem-estar), desenvolvimento humano (trabalhadores) e equidade de tratamento (justiça) para que o setor público no Brasil, funcionando melhor, possa efetivamente atender com qualidade e presteza as demandas da sociedade brasileira. Os resultados obtidos nas pesquisas conduzidas nos dois eixos mencionados buscam gerar subsídios diversos que auxiliem na formulação de políticas públicas no campo da relação

trabalho-saúde, na negociação de melhorias das condições de trabalho, na aprovação de instrumentos jurídicos de proteção coletiva ao trabalho e na valorização do trabalho saudável no serviço público brasileiro.

Informalidades e precariedades

Analisa as novas configurações do mercado de trabalho urbano, a mobilidade social e espacial dos trabalhadores; redes étnicas e trabalho; a informalidade e estruturação da vida social; as fronteiras entre o legal e o ilícito; as redes sociais no mercado de trabalho; a nova informalidade e o trabalho flexível; a informalidade nos processos produtivos; a informalidade transnacional no Brasil e sua vinculação a globalização “por baixo”.

Qualificação/ formação

O mundo do trabalho tem vivido uma intensa revolução técnico-científica, com implicações profundas na organização da produção e do trabalho, demandando novas formas de geração e socialização do conhecimento, que colocam em proeminência a questão da formação e qualificação, não exclusivamente para trabalhos específicos. A linha de pesquisa se dedica a temas imbricados como a ciência, o trabalho humano e as novas fronteiras da vida humana; ciência e tecnologia; o papel do conhecimento na sociedade contemporânea; novas necessidades e possibilidades da organização da produção e da gestão do trabalho, com a automação e a informatização; desafios atuais da formação e da qualificação profissional, no desenvolvimento de habilidades e competências requeridas para fazer frente ao perfil do mercado de trabalho que se altera, nos diversos setores econômicos. A contribuição para a formulação de políticas públicas de formação e qualificação tem em vista o potencial de desenvolvimento do país com equidade, onde a conquista da cidadania passa pelos processos da educação continuada e de inclusão social.

Mercado e regulação do trabalho

O mercado de trabalho é um dos principais mecanismos alocativos da sociedade. Ele atribui pessoas a posições na estrutura produtiva e ajusta recompensas monetárias em função dos postos de trabalho existentes, da riqueza relativa dos países, das conjunturas econômicas, do tipo de estrutura produtiva, da composição da PEA, das qualificações diferenciadas dessas pessoas etc. Mas esse mecanismo não é, nem nunca foi, automático, ou meramente econômico. O mercado de trabalho é e não é um mercado. Ele o é, na medida em que a força de trabalho é efetivamente encontrada para ser trocada por um salário, sendo esta remuneração, por seu lado, o principal sinalizador dessa relação de troca específica. Mas o salário não é determinado somente no próprio mercado. Sindicatos definem pisos salariais de categorias específicas; governos definem salários mínimos; alguns instituíram um seguro desemprego, que permite ao trabalhador retardar sua capitulação a um emprego qualquer, com isso condicionando o efeito da oferta e da procura; governos definem idade mínima para se começar a trabalhar e idade máxima para se deixar o mercado de trabalho, o que também reduz a pressão da oferta sobre o preço do trabalho etc. Além disso, os estados de bem-estar, ao assumirem parte dos custos de reprodução da força de trabalho via políticas sociais, também desmercantilizam a relação de troca que se estabelece no mercado de trabalho, que por isso mesmo é uma relação ao mesmo tempo econômica, política e social, e isso de forma inextricável. O mercado de trabalho é um mercado politizado, imbricado nas relações sociais, constituído por elas enquanto relações de poder. Esta linha de pesquisa inquire tanto a dinâmica propriamente econômica dos mercados de trabalho e as relações de poder (sua estrutura, suas mudanças, suas instituições, seus problemas) quanto as oportunidades de vida abertas (ou fechadas) por esse mesmo modo de funcionamento. Interessa-se por três subtemas principais: (i) Estrutura e dinâmica do mercado de trabalho, com ênfase na estrutura de ocupações, taxas de emprego/desemprego, evolução da renda do trabalho, condições de trabalho, perfil sexo, raça e geração etc., bem como em suas mudanças ao longo do tempo; (ii) Trajetórias ocupacionais no mercado de trabalho, com ênfase nas oportunidades dos jovens, nos mecanismos de inserção ocupacional, nas oportunidades de vida associadas à ocupação; e (iii) Instituições de regulação do mercado de trabalho, aqui incluídas a legislação trabalhista e a institucionalidade responsável por dar-lhe efetividade.

Instituições do Mundo do Trabalho

Além do mercado de trabalho e suas instituições, o mundo do trabalho é regulado de muitas outras maneiras, por instituições mais ou menos diretamente ligadas ao seu modo de funcionamento. Elas incluem o sistema escolar e os muitos mecanismos de qualificação de mão de obra e socialização para o trabalho, as organizações sindicais de trabalhadores e empregadores (que contratam as condições de trabalho e remuneração), os mecanismos de regulação da ordem econômica nos diferentes entes federativos (que afetam o nível de emprego e a qualidade da oferta de ocupações), as políticas públicas de emprego, renda e qualificação profissional, a legislação social e trabalhista negociada e instituída pelo Congresso Nacional, entre outras. Esta linha de pesquisa se dedica a esses temas, tendo no horizonte um desenvolvimento econômico tal que leve à redução das desigualdades regionais, de gênero, raça e etárias, em direção a um Brasil mais justo.

3. PLANO DE ATIVIDADES

3.1. SUBPROJETO “EDITORAÇÃO E DIVULGAÇÃO”

Coordenador: Adalberto Cardoso

Resumo:

Este subprojeto atende a critérios explicitamente definidos no edital, quais sejam: divulgação e popularização dos resultados do trabalho desenvolvido pelos projetos; contribuição da Rede na formação ampliada de recursos humanos; transferência de conhecimentos para a sociedade. Nossa ênfase será a transferência de conhecimentos para instituições do mundo do trabalho (órgãos públicos, representações empresariais e sindicatos de trabalhadores).

O plano de editoração e divulgação é vital para gerar impactos no debate de ideias, na implementação de políticas públicas e no empoderamento dos agentes no mundo do trabalho dentro do espírito geral que orienta a REMIR-Trabalho, qual seja, que não existe verdadeiro desenvolvimento sem equidade e sustentabilidade, e sem promoção da qualidade de vida para todos. A internacionalização dos resultados e as possibilidades de cooperação estão necessariamente associadas à produção de obras impressas e à disponibilização de informação eletrônica, no site da Rede e nas redes sociais que serão constituídas para este fim, em português e na língua franca contemporânea. Da mesma forma, esses materiais serão suporte indispensável para todas as ações envolvendo formação e qualificação de recursos humanos.

PROPOSTA EDITORIAL

LIVROS

A REMIR-Trabalho criará três séries para publicação de livros

- A primeira, que levará o mesmo nome da Rede, será prioritariamente dedicada à publicação dos trabalhos originais produzidos no quadro do projeto geral da REMIR-Trabalho. Serão publicados livros dos pesquisadores e teses de doutorandos associados ao projeto, coletâneas que resultarem de encontros, seminários e congressos.

- Uma segunda série intitulada *Trabalho Internacional*, será dedicada à publicação de obras vinculadas a questões gerais relacionadas a trabalho e desenvolvimento sustentável com equidade. Nela estão previstas traduções de obras de referência não disponíveis em português. Os títulos dessa série serão definidos com as associações ou GTs especializados sobre Trabalho e Desenvolvimento Sustentável (ABET, ALAST, ALAS, GTs da ANPOCS, GT Trabalho e Saúde da ANPEPP) bem como instituições e pesquisadores estrangeiros como forma de reforçar vínculos entre a Rede e outros grupos do Brasil e do exterior.
- A terceira, de caráter eminentemente didático, será dedicada à iniciação científica e à popularização dos temas especializados da Rede. Ela será constituída de livros que abordem de forma ágil, didática e atualizada temas científicos de formação do grande público, especialmente os jovens. O título será “Conhecendo”. A título de exemplo teremos “Conhecendo a automação”, “Conhecendo a informalidade”, “Conhecendo o Desenvolvimento Sustentável” e outros.

As séries serão publicadas por três editoras distintas para ampliar a abrangência na distribuição. Obras especiais que não se enquadram nas categorias anteriores, mas que são de grande relevância para o tema também serão publicadas, especialmente com as editoras universitárias.

Para reforçar o plano de internacionalização da REMIR-Trabalho, serão convidados eminentes pesquisadores estrangeiros para compor os conselhos editoriais das duas primeiras séries.

ARTIGOS

O subprojeto editorial contemplará também apoio técnico à elaboração de artigos produzidos pelos participantes. Mais precisamente: revisões gramaticais, traduções, revisões editoriais; orientação quanto ao encaminhamento para revistas conceituadas agilizando a publicação em âmbito nacional e internacional, identificando a REMIR-Trabalho como origem dos artigos.

REVISTAS

A REMIR-Trabalho não produzirá uma nova revista, mas, sim, desenvolverá uma colaboração estreita com as revistas consagradas na área, reforçando sua divulgação e, eventualmente, propondo dossiês especiais. É o caso da

Revista Latino Americana de Estudos do Trabalho publicada pela Associação Latino Americana de Sociologia do Trabalho (ISSN 1856-8378) e da

Revista da ABET – Brazilian Journal of Labour Studies publicada pela Associação Brasileira de Estudos do Trabalho (ISSN 1679-2483), além do

Caderno CRH, publicada pela UFBA (ISSN: 0103-4979, versão impressa, ISSN: 1983-8239, versão on-line).

SITE e Redes Sociais

A REMIR-Trabalho tem um site institucional para divulgação de suas atividades e, a exemplo das revistas, manterá uma política de colaboração com os sites da ABET, ALAS, DIEESE e, especialmente, com os sites já consagrados como é o caso especial do <http://dmtemdebate.com.br>, que vem divulgando com grande destaque a produção dos grupos de pesquisa e pesquisadores que compõem atualmente a REMIR-Trabalho. A aprovação deste projeto permitirá a construção de uma versão bilíngue do site. Além disso, montaremos páginas nas redes sociais Facebook, Twitter e Instagram, para ampliar os espaços de divulgação das atividades e produtos da Rede.

VÍDEOS

Criação de uma série de vídeos-aulas de iniciação científica e de cursos qualificados para divulgação. Esta proposta está baseada no sistema MOOC (*Massive open online course*) distinto do ensino a distância e adotado por universidades tais como Harvard, Stanford e o MIT.

PROPOSTA DE DIVULGAÇÃO

Sob e liderança do proponente do projeto, a Coordenação Nacional da REMIR-Trabalho coordenará também a divulgação das atividades da Rede, que implica, entre outras, as seguintes atividades:

- Criação de logomarca de identificação do Instituto.
- Contatos com editoras estrangeiras para a publicação das obras da série *Trabalho, Desenvolvimento Sustentável e Equidade* no exterior.
- Criação de um boletim informativo impresso e eletrônico (nesse último caso para divulgação nas redes sociais).
- Criação de materiais de divulgação para os eventos relacionados a todas as atividades da REMIR-Trabalho (cartazes, banners etc).
- Definição de uma estratégia de contatos com a grande imprensa e imprensa alternativa e especializada para divulgação das publicações, eventos, cursos etc.
- Definição de um plano de distribuição nacional e internacional das obras produzidas pelo Instituto.

Brito, Alessandra; Foguel, Miguel; Kerstenetzky, Celia I. (2015), Afinal, qual a contribuição da política de valorização do salário mínimo para a queda da desigualdade no Brasil? Uma estimativa para o período 1995-2013. *Texto para discussão*, No. 109, Rio de Janeiro, CEDE.